

RESOLUÇÃO UGPUMA-DEURB 003/2018

Publicada em 02/05/2018 na I.O.M.J.

Considerando o conteúdo do processo administrativo nº 5.326-4/2018 sobre aplicação do art. 422 da Lei 8683/16 em ZERFIES inseridas no perímetro rural do Município (exceto Território de Gestão da Serra do Japi, que possui regulação própria dada pela Lei Complementar nº 417/2004), que contém:

1. Os estudos encaminhados pelo Grupo Técnico de Uso e Ocupação do Solo (GTUOS), no exercício de suas atribuições definidas no art. 263 da Lei 8.683/2016 (folhas 02 e 03), com ciência da Unidade de Gestão de Planejamento e Meio Ambiente;
2. A manifestação positiva, em unanimidade, da Câmara Técnica de Análise da Legislação Urbanística do CMPT, em reunião ordinária do dia 19/02/2018 (folhas 04 a 07); e
3. A deliberação positiva, em unanimidade, do CMPT, em reunião ordinária do dia 22/02/2018; no exercício de suas atribuições definidas no art. 501 da Lei 8683/2016, em especial em seu item VI (folha 08) com as seguintes considerações:
 - que a aplicação do art. 422 aos casos de ZERFIES inseridas no perímetro rural do Município (exceto Território de Gestão da Serra do Japi, regulado pela Lei Complementar nº 417/2004), causa contradição aos objetivos da lei, tendo em vista que a regularização fundiária origina imóveis para fins urbanos como princípio, e não seria adequado que o uso do solo, fosse condicionado à zona lindeira rural, pois perderia a finalidade urbana, configurando portanto, para este caso, uma omissão da lei; e
 - que a aplicação do parágrafo único do art. 422 foi omissa ao caso de ZERFIE que tangencia mais de uma zona, e que a regra geral contida neste parágrafo se estende a esta situação de omissão também.

A Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente **RESOLVE** que:

1. Na aplicação do art. 422 da Lei 8683/2016 em Zonas Especiais de Regularização Fundiária de Interesse Específico (ZERFIES), inseridas no perímetro rural do Município (exceto Território de Gestão da Serra do Japi, regulado pela Lei Complementar nº 417/2004), o parâmetro de uso a ser utilizado seja o da zona urbana mais restritiva, ou seja, Zona de Desenvolvimento do Periurbano 1 (ZDP1).
2. O parágrafo único do art. 422 da Lei 8683/2016 passa a vigorar com a seguinte redação: "Quando os lotes tangenciarem mais de uma zona, prevalecerá o parâmetro de uso mais restritivo".

Jundiáí, 26 de abril de 2018
SINÉSIO SCARABELLO FILHO